

FecomercioSP defende critérios técnicos no Redata

Entidade paulista pede equilíbrio entre incentivos fiscais e infraestrutura tecnológica nacional

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) atua junto ao Congresso Nacional para garantir que o Projeto de Lei (PL) 278/2025, que institui o Regime Especial de Tributação dos Serviços de Datacenter (Redata), seja pautado por critérios técnicos, isonomia e racionalidade econômica. A iniciativa, considerada estratégica para o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica no Brasil, visa estimular investimentos em datacenters, setor cada vez mais relevante para competitividade, segurança digital e soberania econômica das nações.

Em ofício encaminhado à Câmara dos Deputados, a FecomercioSP, por meio do Conselho de Economia Digital e Inovação, e o Sindicato das Empresas de Internet do Estado de São Paulo (Seinesp) alertam para o risco de a proposta

priorizar benefícios tributários em detrimento de critérios técnicos. O projeto prevê redução de 20% nas contrapartidas exigidas de empreendimentos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para as entidades, essa condição pode induzir investidores a optar por vantagens fiscais sem avaliar aspectos estruturais já existentes, como energia, conectividade e mão de obra especializada.

Embora reconheçam a importância do estímulo a regiões menos desenvolvidas, as instituições ressaltam que o Estado de São Paulo concentra atualmente cerca de 80% da capacidade instalada de datacenters no país. Recentes investimentos privados na ordem de R\$ 10 bilhões reforçam o papel do estado como principal hub digital do Hemisfério Sul. A infraestrutura paulista inclui fornecimento energé-

tico robusto, extensa rede de fibra óptica e o maior polo de formação de mão de obra qualificada da América Latina, com mais de 2,3 milhões de matrículas no ensino superior. Esses fatores, de acordo com a FecomercioSP, configuram o estado como eixo central para a competitividade do Brasil na economia digital global.

Diante de todo este cenário, as entidades solicitaram ajustes no desenho do Redata, de modo que as contrapartidas exigidas das empresas beneficiadas sejam isonômicas entre as regiões, contemplando tanto investimentos em equipamentos quanto aportes em pesquisa e desenvolvimento e outras obrigações correlatas. O objetivo é equilibrar incentivos fiscais e técnicos, evitando distorções que favoreçam decisões baseadas exclusivamente em redução tributária.

O Redata foi original-

mente apresentado na MP 1.318/2025, e a Fecomercio de São Paulo já havia se manifestado junto ao Legislativo à época. A medida provisória, cuja vigência se encerra em 25 de fevereiro, deve ser prioridade na pauta do Congresso nos próximos dias. A expectativa é que a aprovação do regime represente um marco para a modernização da infraestrutura digital nacional, aproveitando o potencial energético do país e ampliando a capacidade tecnológica interna.

O Brasil possui matriz energética cerca de 90% limpa e cerca de 15 GW de energia excedente, cenário considerado raro internacionalmente. O Redata determina que empresas beneficiadas invistam pelo menos 2% em pesquisa e desenvolvimento em território nacional, mobilizando entre R\$ 3,4 bilhões e R\$ 5,4 bilhões em inovação ao longo de

dez anos. Esses aportes podem fortalecer cadeias produtivas, atrair empresas de tecnologia nacional e gerar entre 8 e 13 GW adicionais de capacidade de processamento, dobrando o poder computacional disponível no país e reduzindo a dependência de provedores internacionais.

Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o equilíbrio entre incentivos fiscais e análise técnica das regiões é essencial para que o Redata contribua de maneira sustentável à expansão digital do país. A entidade paulista ainda reforça que políticas públicas bem estruturadas, que considerem infraestrutura consolidada, conectividade, energia e formação profissional, são determinantes para transformar o Brasil em protagonista da economia digital global.



O Redata exige que as empresas beneficiadas invistam ao menos 2% em pesquisa

Amazon MGM e Governo do Estado de São Paulo firmam parceria no audiovisual

Por Pedro Sobreiro

Por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, o Governo de São Paulo acertou uma parceria de desenvolvimento do setor audiovisual do estado com a Amazon MGM Studios. O termo de cooperação com a empresa americana visa a realização de ações formativas voltadas a profissionais do setor audiovisual. A parceria será desenvolvida no âmbito do CULTSP PRO – Escolas de Profissionais da Cultura e prevê que executivos da empresa ministrem masterclasses ao longo de 2026.

O acordo estabelece a realização de sete encontros formativos conduzidos por executivos da Amazon MGM Studios, com conteúdos voltados à produção audiovisual, roteiro para séries, filmes e documen-

tários, business affairs, efeitos visuais e temas jurídicos. A proposta é compartilhar conhecimento técnico e experiência prática de mercado com profissionais e estudantes da área, criando um intercâmbio técnico e cultural entre um dos maiores estúdios da atualidade e uma geração promissora de profissionais do cinema em um dos países que mais chama a atenção do mercado mundial.

“Essa parceria eleva o patamar da formação audiovisual promovida pelo Governo do Estado de São Paulo ao colocar em sala de aula profissionais que atuam diretamente no mercado global de conteúdos”, afirma a secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas Marília Marton. “É uma ação estratégica para qualificar talentos, ampliar oportunidades e fortalecer a indústria criativa paulista.”

Fernando Nascimento/Secretaria da Cultura, Economia e Indústria



Acordo prevê sete encontros com executivos da Amazon MGM

A primeira atividade confirmada será a realização de uma masterclass com Júlia Priolli, Diretora de Criação da Amazon MGM Brasil, que está agendada para o dia 20 de março. A aula terá duração aproxi-

mada de três horas, enquanto as demais aulas serão realizadas ao longo do ano, em datas que ainda serão divulgadas. “É muito satisfatório concretizar essa parceria para seguirmos compartilhando conhecimento

técnico sobre a produção audiovisual em prol da formação de novos profissionais. Esse acordo é parte de um movimento maior que temos tocado pelo Brasil com o objetivo de fomentar a formação qualificada de talentos dentro dessa indústria”, reforça Júlia Priolli.

Priolli tem em seu currículo produções como “Cangaço Novo”, o fenômeno do Disney+ “Ímpuros” e a série “Dom”, do Amazon Prime Video. “Essa cooperação cria pontes concretas entre formação, inovação e mercado. Ao trazer profissionais tão renomados para compartilhar conhecimento técnico e experiências práticas, o CULTSP PRO amplia o acesso a conteúdos estratégicos e contribui para o desenvolvimento de trajetórias mais sólidas e conectadas com o audiovisual global”, destaca Raquel Verdenacci.